O GLOBO
Publicado em 24/06/2022 - 05:57

Planalto dribla lei eleitoral e decide elevar Auxílio Brasil

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A menos de quatro meses da eleição, o presidente Jair Bolsonaro decidiu elevar de R$ 400 para R$ 600 o valor mínimo do Auxílio Brasil, programa social criado para substituir o Bolsa Família. A decisão, tomada às pressas, busca criar um fato positivo na campanha à reeleição. Para driblar a legislação eleitoral, que impede a ampliação de benefícios no ano da disputa, e regras fiscais, o governo vai incluir a iniciativa na PEC dos Combustíveis, que buscava zerar o ICMS do óleo diesel, uma proposta abandonada pela União.

Não é a única "bondade" em elaboração no governo nesta semana. O assunto vai ser levado pelo Planalto para a reunião de líderes do Congresso Nacional na próxima semana. No mesmo dia, o governo deve levar a deputados e senadores a criação de um vale para caminhoneiros autônomos de R$ 1 mil para compensar a alta no preço do diesel. O programa está sendo chamado no Executivo de "Pix Caminhoneiro". Além disso, o auxílio para a compra de gás de cozinha deve ser dobrado. Todos os benefícios durariam até dezembro.

Em uma ação criticada por juristas *(leia texto abaixo)*, o governo articula com o Congresso a instituição de um estado de emergência, uma medida considerada de exceção, usada em momentos como guerras e pandemias. Isso seria incluído na PEC dos Combustíveis para viabilizar a concessão de benefícios antes da eleição. Como a PEC é de autoria do Congresso, a ideia é desvencilhar o presidente de contestações judiciais. Além disso, a PEC permitirá que os valores sejam pagos fora do teto de gastos (a regra que trava as despesas federais acima da inflação).

CÁLCULO POLÍTICO

A lei eleitoral "proíbe a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública em ano eleitoral, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior".

A PEC foi desenhada para compensar parcialmente os estados que aceitassem zerar o ICMS do óleo diesel. Isso chegou a ser anunciado há menos de três semanas pelo presidente no Palácio do Planalto. Mas o cálculo do governo, diante do desempenho do presidente nas pesquisas de intenção de voto, é que ampliar o Auxílio Brasil teria maior impacto junto ao eleitorado e traria um resultado político mais forte.

Na PEC, foi incluído como limite para gasto fora do teto um total de R$ 29,6 bilhões. É esse montante que será destinado ao conjunto de iniciativas elaboradas pelo governo. O Auxílio Brasil custará R$ 21 bilhões até o fim do ano. O vale para caminhoneiros representará gasto de R$ 4 bilhões e o auxílio para ogás, de R$ 2 bilhões. Os benefícios seriam pagos em seis parcelas.

Ministros do governo avaliaram que também do ponto de vista econômico aumentar a transferência de renda diretamente seria melhor do que compensar os estados.

Bolsonaro está em guerra contra os governadores por conta do ICMS dos combustíveis. Tanto o governo quanto os estados foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) discutir o assunto. É nesse contexto que se insere a decisão do governo de não mais compensar reduções de ICMS, mas elevar o Auxílio Brasil. Além disso, o benefício é focalizado e não beneficia a alta renda, como um subsídio irrestrito.

O Executivo tem chamado os R$ 200 a mais do Auxílio Brasil de "auxílio emergencial", para remeter ao benefício pago durante a pandemia de Covid-19 e que chegou a ser de R$ 600.

EFEITO LIMITADO

Uma redução do ICMS também teria efeito mais limitado na bomba, além de poder ser lido como um programa criado por governadores. Essa é a mesma justificativa para criar um benefício para caminhoneiros autônomos, base eleitoral de Bolsonaro. O governo já tem cadastrados cerca de 700 mil caminhoneiros.

A inflação acima de dois dígitos (causada por diversos fatores, como a alta dos combustíveis e dos alimentos) é o principal problema para a campanha de Bolsonaro, na avaliação de integrantes do governo. Por isso, aumentar os valores dos benefícios sociais é visto como uma saída para o presidente.

O governo está trocando o comando da Petrobras para evitar novos aumentos e conseguiu aprovar no Congresso um limite de 17% a 18% para o ICMS de combustíveis, a depender do estado. A PEC, inicialmente, buscava ir além e zerar o imposto.

VETO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Ontem, Bolsonaro sancionou com vetos a criação desse teto para o ICMS sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Ele vetou, porém, a compensação aos estados para manter os valores de gastos com saúde e educação antes da lei. O ICMS é responsável pela maior parte dos tributos arrecadados pelos estados. As medidas foram incluídas pelo relator para viabilizar a aprovação no Congresso. Os parlamentares ainda devem analisar os vetos do presidente.

A ideia do Planalto é, ainda, turbinar o Auxílio Gás. Criado no ano passado, o benefício é destinado a 5,5 milhões de famílias. O valor corresponde a 50% da média do preço do botijão de 13 kg e é pago a cada dois meses. Hoje, o valor é de R$ 53, abaixo da média nacional do preço do produto. A intenção agora é que o benefício seja pago mensalmente.

Essas ações foram desencadeadas depois de a Petrobras reajustar o diesel em 14,2% e gasolina em 5,2%, mesmo depois de Bolsonaro e de membros do Congresso pedirem para a empresa não fazer isso.

Por conta desse aumento, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), passou a discutir aumentar impostos, mudar a lei das estatais (para permitir indicações políticas para cargos na Petrobras) e também criar uma CPI para investigar a empresa. Essas ações agora perderam força, diante da avaliação de que elas teriam pouco impacto eleitoral e na bomba, sendo mais eficaz aumentar o Auxílio Brasil e criar o benefício para caminhoneiros.

FABIANO ROCHA/G1 21/1/2022

Reajuste. Concessão do benefício em valor maior até o fim do ano dribla a legislação eleitoral e regras fiscais. Pagamento de R$ 600 só valeria até dezembro

MULTIPLICAÇÃO DE 'BONDADES'

DRIBLE NA LEI ELEITORAL

Governo vai usar PEC para elevar Auxílio Brasil a R$ 600

Manobra pode criar impasse na Justiça Eleitoral

Especialistas apontam 'desvio de finalidade' na medida que está em articulação pelo Congresso e pelo governo federal

MARIANA MUNIZ
E MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O decreto de estado de emergência que o governo quer criar com uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar o valor do Auxílio Brasil a R$ 600, turbinar o vale-gás e criar o "Pix Caminhoneiro" de R$ 1 mil a menos de quatro meses das eleições pode criar um impasse jurídico. Esta é a avaliação de especialistas e ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ouvidos reservadamente pelo GLOBO. Isso porque seria uma tentativa de driblar a lei eleitoral, que veda aumento de benefícios sociais em ano de eleição.

Vitor Rhein Schirato, professor do Departamento de Direito do Estado da USP, afirma que PEC "não pode tudo":

— Temos que entender que as cláusulas eleitorais são cláusulas pétreas, pois estão diretamente relacionadas à democracia. Existem as regras de igualdade de justiça do pleito, que tem que ser isonômico. Isso implica nas vedações da lei eleitoral, como criar e ampliar benefícios, diretamente relacionada à cláusula democrática da Constituição — diz. — Não posso criar uma PEC que autoriza um estado de emergência inexistente para quebrar a isonomia das eleições.

A Lei das Eleições proíbe a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública em ano eleitoral, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior. Ou seja, segundo os especialistas, governos podem manter os programas sociais existentes, nos mesmos parâmetros legais e orçamentários, sem correção ou reajuste.

> *"Não posso criar uma PEC que autoriza um estado de emergência inexistente para quebrar a isonomia das eleições"*
>
> **Vitor Rhein Schirato,** professor da USP

> *"A manobra para decretar uma situação excepcional pode, sim, ser considerada uma tentativa para burlar a lei eleitoral"*
>
> **Francisco Emerenciano,** especialista em Direito Eleitoral

O governo já usou o estado de calamidade na pandemia e discute agora adotar estado de emergência, e não há nenhuma legislação que indique seus critérios. Basta que o Congresso reconheça essa situação. A justificativa do governo é o impacto internacional nos preços dos combustíveis.

Mas para ministros do TSE ouvidos reservadamente, o momento é muito diferente do auge da pandemia, e partidos e Ministério Público podem judicializar a medida. Um dos riscos é a caraterização de abuso de poder econômico.

Especialista em direito eleitoral, o advogado Francisco Emerenciano diz que a iniciativa fere princípios como moralidade e impessoalidade, ainda que por meio da PEC:

— O problema do combustível não vem apenas nesse ano, o que faltou foi planejamento. A manobra para decretar uma situação excepcional pode, sim, ser considerada uma tentativa para burlar a lei eleitoral.

O advogado Rodrigo Martiniano, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), explica que apesar da ressalva feita ao estado de emergência pela Lei das Eleições, não existe "cheque em branco" ao presidente:

— Sua ocorrência por intermédio de uma PEC de iniciativa do próprio Poder Legislativo é uma completa excrescência e pode deixar claro o seu desvio de finalidade — diz, indicando o uso eleitoral da medida e uso da máquina pública, comprovando abuso de poder.

Isso pode chegar a cassar o registro de candidatura ou diploma, além de declarar inelegibilidade por oito anos.

— O aumento do auxílio emergencial em patamar considerável e a concessão de outros benefícios sociais à beira da eleição, a despeito de sua importância, só podem ser feitos dentro de um cenário de manifesta anormalidade conjuntural, de modo a não se comprometer a lisura do pleito — aponta Martiniano.

Para os advogados, é preciso que o bem ou valor distribuído durante o estado excepcional guarde relação com a necessidade imposta pela calamidade, o que não fica totalmente claro no caso.

— No limite, o ato pode gerar cassação de mandato, inelegibilidade por oito anos e multa — diz Renato Ribeiro de Almeida, advogado especialista em Direito Eleitoral.

No TSE, há diversos casos em que prefeitos são multados e até cassados pela distribuição de cestas básicas em período eleitoral sem previsão em lei específica. Em 2013, por exemplo, o prefeito de Petrolina (PE) foi cassado por distribuir terrenos públicos durante sua candidatura à reeleição.

Crise com Milton Ribeiro levou Bolsonaro a dar aval a reajuste de auxílio

Proposta de elevar valor do benefício era defendida pelo núcleo duro da campanha, que busca criar fato positivo para o governo

ALICE CRAVO, DANIEL GULLINO E JUSSARA SOARES
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro impulsionou o presidente Jair Bolsonaro a dar o aval para o governo colocar em prática o plano de aumentar o Auxílio Brasil para R$ 600 a cem dias do primeiro turno da eleição. A ideia já vinha sendo defendido pela cúpula da campanha. A estratégia era criar um fato novo para interromper a agenda negativa de Bolsonaro, que incluía os ataques às urnas, a crise na Petrobras e as mortes do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips na Amazônia.

Com a crise envolvendo o ex-ministro suspeito de fazer um balcão de negócios no Ministério da Educação, que foi considerada um "desastre" por aliados, Bolsonaro cedeu aos apelos do núcleo duro da campanha.

A reunião ocorreu no Palácio do Planalto na quarta-feira. Embora não divulgada com antecedência, a agenda já estava prevista. Participaram da conversa o presidente do PL, Valdemar Costa, o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Célio Faria. O marqueteiro do PL, Duda Lima, também participou.

SEM VÍNCULO RECONHECIDO

Valdemar Costa e Ciro Nogueira já vinham argumentando que o incremento do benefício será fundamental para Bolsonaro conseguir "sair das cordas" na disputa eleitoral. Ambos relatavam que os valores, embora maiores que o Bolsa Família, eram insuficientes. Além disso, disseram ao presidente que nos estados há muitos relatos de que os recursos são baixos.

Os estrategistas da campanha observam ainda que aumentar o valor do auxílio neste momento pode ajudar a associação de Bolsonaro ao programa de distribuição de renda. Pesquisas internas apontam que a população ainda não credita o substituto do Bolsa Família a Bolsonaro e que é preciso tentar reverter isso o mais rápido possível.

Integrantes do Palácio do Planalto afirmam que o texto ainda está sendo elaborado e deve ser apresentado na próxima semana. O tema deve ser apresentado em uma reunião de líderes do Congresso na próxima segunda-feira. A ideia é que o aumento do programa seja limitado até dezembro.

O tempo até a conclusão do texto final também deverá ser usado pelos articuladores do governo para ganhar apoio no Senado e até no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o aumento do auxílio não seja derrubado por uma decisão monocrática.

CRISTIANO MARIZ /24-11-2021

Decisivo. Prisão do ex-ministro foi considerada "desastrosa" por aliados de Bolsonaro, o que o fez reajustar o benefício

Abastecimento 'pingado' e 'pedal leve' para poupar combustível

Motoristas adotam estratégia para continuar rodando com preços altos

LETICIA LOPES E CAROLINA NALIN
economia@oglobo.com.br

Após mais um reajuste nos preços dos combustíveis, motoristas se equilibram como podem para abastecer os veículos e continuar nas ruas e estradas. As estratégias incluem o abastecimento "pingado" e tirar o pé do acelerador.

— O pessoal não enche mais o tanque. É só pingadinho, R$ 20 ou R$ 30 só para chegar "até ali" — relata a frentista Monique Lopes, de 36 anos, que trabalha em um posto de São João de Meriti, na Baixada Fluminense.

Em um posto na Avenida Paulo de Frontin, na Zona Norte, o gerente de transportes Walter Ribeiro, de 42 anos, lamentava:

— Só abasteço de pouco em pouco. Desta vez gastei R$ 200 porque estava mais em conta.

O abastecimento reduzido foi a opção de Railane Fraguas, de 30 anos, e seu marido, Carlos Moreno, de 39. O casal tem uma gráfica, e o carro é usado tanto para comprar material e entregar encomendas como para levar e buscar a filha de 10 anos na escola.

— Abastecemos todo dia numa média de R$ 40. É o que é possível — diz Moreno.

Outra estratégia é abastecer à noite: há postos que reduzem o preço dos combustíveis em alguns centavos, o que na conta final faz diferença. Phelipe Barros, de 27 anos, diz conseguir uma economia de R$ 0,50 por litro abastecendo depois das 22h.

Com mais de três décadas de estrada, o caminhoneiro Antônio Carlos da Silva, de 57 anos, desembolsou quase R$ 700 esta semana para completar o tanque da carreta, que é de 1.110 litros:

— Se acelerar demais, já era. Agora dirijo de 80 km/h para baixo. Numa viagem entre o Rio e Sorriso, no Mato Grosso, por exemplo, eu levava uma média de quatro dias. Agora faço em cinco. É o jeito.

Essa estratégia é adotada até por quem não é autônomo. O caminhoneiro Henrique de Almeida, de 40 anos, que trabalha há dez anos em uma transportadora, conta que quem fecha o mês fazendo a média de quatro quilômetros por litro de diesel recebe uma bonificação de cerca de R$ 200 no vale-alimentação:

— Se não recebo esse extra, chego no fim do mês sem nada, e aí preciso recorrer ao cartão de crédito para ir ao mercado.

Funcionários de postos do Rio visitados pelo GLOBO na quarta-feira relatam queda no movimento, principalmente de caminhoneiros. Um revendedor no Jardim América, na Zona Norte, cobrava R$ 7,59 pelo litro do diesel.

— Muitos têm parado de trabalhar. Hoje mesmo o dono de três caminhões comentou que vai ter que parar de rodar com um porque a conta não fecha. O que ele ganha vai direto para pagar o diesel — conta Cléber da Silva, de 48 anos, funcionário do posto.

O auxílio proposto pelo governo para a categoria, apelidado de "Pix Caminhoneiro", mal é capaz de proporcionar alívio, dizem motoristas. Os R$ 1 mil planejados para o benefício ficam muito abaixo do necessário para abastecer um veículo.

Pelos cálculos do presidente da Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido como Chorão, um caminhão gastaria R$ 5.520 para encher o tanque de 600 litros ao abastecer em São Paulo pelo preço de R$ 8,70, valor registrado na última semana.

Pelo valor médio apurado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na semana passada, de R$ 6,90, o gasto seria de R$ 4.140.

— A gente não está querendo nenhum tipo de auxílio. Queremos que o governo retire o Preço de Paridade de Importação (PPI), e que ele possa usar esse recurso para outras categorias, como é o caso de transporte escolar, dos motoristas de aplicativo e dos motofrentistas, que rodam no urbano. Um caminhão faz dois quilômetros por litro — diz Chorão.

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), o caminhoneiro autônomo Carlos Alberto Litti Dahmer, classificou a proposta do auxílio de R$ 1 mil "um desaforo".

ROBERTO MOREYRA

Antônio Carlos. "Se acelerar demais, já era. Agora dirijo de 80 km/h para baixo"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Pagina:** 19 e 20

Copyright © Clipclap 2025.